



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº TRF2-MRU-2021/00069

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2021.

Objetivo da reunião: Apresentar a nova composição do CGPLS e a Res. nº 400/2021. Planejar PLS 2022-2026.

Horário e local: 14h - Sala Virtual

Assunto: Gestão Ambiental

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ana Carolina Vieira de Carvalho	Juíza Federal Presidente da CGPLS do TRF2	TRFRJ
Andreia Alvares de Azevedo Oliveira	Diretora de Secretaria	SAT
Carlos Adalberto Palla	Diretor de Secretaria	SIE
Carlos Alberto Caldas da Silva	Assistente V	SEAREM
Claudia Coutinho Gomes	Coordenadora	COGESA
Isaac Leonardo Carriço	Assessor Administrativo	ASIE
José Fernando Coelho Val Quintans Junior	Técnico Judiciário	COGESA
José Ricardo de Almeida Horta	Coordenador	COPGRA
Maria Lúcia Gonçalves Coelho Carnaval	Diretora de Divisão	DISUS
Moama Mahin de Souza	Coordenadora	CEDUC
Pedro Henrique Quental Rodrigues	Técnico Judiciário	SEGORG
Soraya Marinho Garcia	Assistente IV	COPGRA
Taís Penna de Queiroz	Analista Judiciário	COGESA
Tatiana Zoghaib Tanure	Assessora	AGOV

Pauta

1. Início

A Juíza Federal Dr.^a Ana Carolina Vieira de Carvalho, Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS, abriu os trabalhos se apresentando, informando aos presentes o objetivo da reunião e traçando um panorama em relação à temática da sustentabilidade: 3 são os desafios que o Tribunal terá pela frente: 1) o aquecimento global (pensar global e agir local); 2)



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3230678-6012 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3230678-6012>

Classif. documental

00.03.00.01



TRF2MRU202100069A

adequar-se à Resolução 400/2021 do CNJ, que deu um grande enfoque à logística sustentável nas contratações; e 3) melhorar a posição nos Balanços Socioambientais que virão.

A Presidente do CGPLS acrescentou que a ideia para os próximos anos é não só receber demandas do CNJ e cumpri-las, mas também propor soluções e ações próprias e inovadoras para o tema.

2. Apresentação da equipe da COGESA, contexto histórico-normativo do PLS e o Balanço de Sustentabilidade

Passada a palavra para a servidora Cláudia Coutinho, Coordenadora da COGESA, foi feita uma apresentação da equipe da referida coordenadoria.

Posteriormente, a Coordenadora da COGESA fez uma contextualização histórica das normas sobre o PLS, traçando um panorama sobre a Resolução 201/2015. Expôs que o PLS é um instrumento que se alinha a Estratégia Nacional e a do Órgão, portanto tem uma função estratégica.

Continuando, ela falou da importância de se trabalhar com os indicadores trazidos pela resolução como forma de obter dados para que o próprio Tribunal conheça melhor seu consumo e comportamento em relação a sustentabilidade e defina suas metas e ações. Enfatizou-se a importância da coleta de dados, pois estes são relevantes para entender a situação do Tribunal, para definir os projetos de trabalho, para propor melhoria de processos e inovações. Sendo o PLS, portanto, um instrumento que pode servir de apoio à alta administração para a tomada de decisão.

Logo depois, houve uma explicação acerca do sistema PLS-Jud, por meio do qual o Tribunal alimenta a base de dados dos Balanços Socioambientais, divulgados pelo CNJ anualmente.

Na sequência, foi explanado sobre o painel de indicadores da COGESA. Foi salientado que é possível observar uma melhora sensível em alguns indicadores e que o trabalho das unidades gestoras, da CGPLS e da COGESA nos últimos anos, está ocasionando um efeito positivo nos indicadores do Tribunal.

Em seguida, tratou do Balanço de Sustentabilidade, novo nome dado pela Resolução 400/2021 ao antigo Balanço Socioambiental. A Coordenadora da COGESA explicou que o balanço considera toda a 2ª Região, não apenas a 2ª instância. Sendo assim, é preciso observar o painel para ter acesso aos dados específicos da 2ª Região.

3. Apresentação do IDS-Índice de Desenvolvimento Sustentável

Continuando com a explanação, a Coordenadora da COGESA apresentou o IDS-Índice de Desenvolvimento Sustentável, instrumento constante dos Balanços Socioambientais, explicando que, em que pese os esforços feitos no último ano, o TRF da 2ª Região ficou em quinto lugar entre os cinco Tribunais Regionais Federais na contabilização do IDS no 5º Balanço de Sustentabilidade do CNJ.

A 2ª região melhorou e esteve bem colocada em indicadores como o de compartilhamento de veículos entre os colaboradores e o 2º menor consumo de papel *per capita*. Porém, em indicadores como o de gastos com água e esgoto, apesar de ter havido uma redução, a 2ª região ficou em último lugar.

Foi esclarecido ainda que o Balanço considera o desempenho de toda a 2ª Região, evidenciando a importância do alinhamento entre o Tribunal e as Seccionais.



4. Breve panorama da Resolução CNJ nº 400 de 2021

Na parte final de sua apresentação, a Coordenadora da COGESA falou da Resolução CNJ nº 400 de 2021. A referida norma trouxe a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, ampliando o escopo em relação à Resolução nº 201 de 2015. Não se trata mais apenas de uma normativa restrita ao âmbito socioambiental.

Ressaltou a servidora que a Resolução 400 de 2021 dialoga com a Agenda 2030 da ONU e seus dezessete objetivos, instrumento internacional do qual o Brasil é um dos países signatários. Do mesmo modo, explicou que a nova norma traz mais uma novidade, um alinhamento entre a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário e as políticas de governança, compras e contratações públicas sustentáveis, conforme disposto na Resolução 347/2020.

Foi ainda informado que o prazo para adequação a nova norma é de meados de outubro e, portanto, o tempo é exíguo. Além do mais, foram previstos alguns indicadores novos. Já outros indicadores foram reduzidos pela aglutinação de vários indicadores que existiam na Res. 201 de 2015.

Por fim, foi falado que o planejamento das ações de sustentabilidade será feito através de reuniões com cada unidade responsável pelos respectivos indicadores.

A palavra então foi passada para a Tatiana Tanure, Assessora da AGOV, que falou sobre o prazo exíguo para a construção do novo PLS, mencionando a possibilidade de já se iniciarem as novas ações este ano, com objetivo de melhorar o desempenho do TRF2 no próximo Balanço de Sustentabilidade. Solicitou, ainda, que as áreas se preparem para as reuniões da próxima semana.

5. Espaço para dúvidas e sugestões dos demais participantes

A servidora Andreia Alvares, diretora da SAT, suscitou dúvidas sobre a possibilidade de ações de curto e médio prazo para impactar na redução de consumo de materiais. Perguntou como será feito para estabelecer contato com as seções judiciárias, se estas seriam chamadas para as reuniões da próxima semana, e como seria o envolvimento destas no planejamento do PLS.

A Presidente do CGPLS, Dra Ana Carolina, esclareceu que, neste primeiro momento, o Tribunal irá organizar o trabalho dentro do 2º grau. Apenas posteriormente será feito o contato com a SJRJ e SJES para a troca de ideias e experiências. Em sequência, a Comissão irá olhar estes relatórios e ver o que os outros Tribunais estão fazendo para reduzir o impacto deles, procurando boas práticas e ideias novas.

A palavra então foi passada ao servidor Carlos Palla, diretora da SIE, que fez referência ao consumo de energia, trazendo os dados de energia de 2019 e 2020. Falou o servidor sobre o esforço de diminuição de consumo de energia feito nos últimos anos. Comentou também sobre os circuitos grandes existentes no tribunal, que acabam ligando uma área muito grande. Relatou, ainda, que houve uma diminuição de consumo de energia em 67% neste período e comentou sobre a estabilização no consumo. Assim, após certo grau de diminuição deste, a tendência é não diminuir mais, pois não há mais margem para diminuição. Trouxe, por fim, a informação sobre o estudo de implantação de energia solar na sede, explicando que o espaço pequeno do Tribunal inviabiliza a produção de energia solar.

A Presidente do CGPLS, Dra. Ana Carolina, retomou a palavra e falou que entende a questão da estabilização, mas retomou a ideia de pensar em conjunto, olhando o que os outros órgãos estão fazendo, para que se observe como melhorar os números do TRF - 2ª Região. Reforçou, ao final, a importância de pensar em alternativas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O servidor Ricardo Horta, Coordenador da COPGRA, pediu a palavra e salientou que, ao longo dos últimos anos, foi feito um esforço muito grande no atingimento das metas e que, em situações passadas, foi constatado que outros tribunais estavam preenchendo de forma diferente os dados, o que provocou uma redução irreal dos indicadores destes, motivo pelo qual o TRF2, que preencheu corretamente a base de dados do CNJ, aparentou ter reduzido menos que outros tribunais, sendo, assim, prejudicado. Sugeriu então o servidor uma avaliação nos cálculos que os outros tribunais estão fazendo junto ao PLS-Jud, pois estes podem estar impactando na colocação final do balanço socioambiental.

A Presidente do CGPLS concordou com a sugestão de avaliação dos cálculos dos outros tribunais, com o intuito de entender o que eles estão fazendo de diferente e saber se estão corretos ou não.

Carlos Palla (SIE) mencionou os sistemas de ar-condicionado da sede, que não são eficientes energeticamente. Com relação aos anexos, estes sim serão trocados por um sistema mais eficiente, com uma central nova a base de água. O sistema atual já tem 24 anos.

A palavra foi passada novamente para a Coordenadora da COGESA, Cláudia Coutinho, que recomendou primeiro a análise dos dados do TRF da 2ª Região para depois estabelecer contato com as Seções Judiciárias. Relatou a importância da qualidade dos dados fornecidos por este Tribunal e o cuidado necessário no fornecimento dos dados ao CNJ. Comentou sobre a necessidade de se pensar daqui para a frente para a construção do novo PLS.

6. Conclusão

Ao final da reunião foi realizada a marcação das datas das reuniões com os diferentes setores que irão fornecer os dados para subsidiar o novo PLS:

Dia 13/09/2021	Reunião com a SIE - 16h	
Dia 14/09/2021	Reunião com a COPGRA - 14h	Reunião com a SAT - 16h
Dia 15/09/2021	Reunião com a SIE - 16h	
Dia 16/09/2021	Reunião com a STI - 12h	Reunião com a CEDUC - 17h
Dia 17/09/2021	Reunião com o GSI - 14h	

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião às 15:04.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- assinado eletronicamente -

ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO
Juíza Federal Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Assinado com senha por ANA CAROLINA VIEIRA DE CARVALHO.
Documento Nº: 3230678-6012 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3230678-6012>



TRF2MRU202100069A